

“O LOBO, MESMO COM CAPA DE MONGE, AINDA ASSIM ESTÁ À ESPREITA DAS OVELHAS”

CENSURA E PERSEGUIÇÃO A JORNALISTAS ESTRANGEIROS NO GOVERNO VARGAS (1930-1945)

“THE WOLF, EVEN WITH THE CLOAK OF A MONK, IS STILL LURKING IN THE SHEEP”

CENSORSHIP AND PERSECUTION OF FOREIGN JOURNALISTS UNDER THE VARGAS GOVERNMENT (1930-1945)

LINDERCY FRANCISCO TOMÉ DE SOUZA LINS | Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

RESUMO

Este artigo apresenta, a partir da documentação diplomática, o modo como o governo Vargas (1930-1945) promoveu e executou a política de censura e perseguição aos correspondentes internacionais que difundiam notícias desfavoráveis ao governo brasileiro.

Palavras-chave: governo Vargas; correspondentes internacionais; censura.

ABSTRACT

This article presents, from the diplomatic documentation, the way in which the Vargas government (1930-1945) promoted and executed the policy of censorship and persecution of foreign correspondents who spread unfavorable news to the Brazilian government.

Keywords: Vargas government; foreign correspondent; censorship.

RESUMEN

En este artículo se presenta, a partir de los documentos diplomáticos, cómo el gobierno de Vargas (1930-1945) promovió y ejecutó la censura y la persecución política a los corresponsales internacionales que difundían noticias desfavorables al gobierno brasileño.

Palabras clave: gobierno de Vargas; corresponsales internacionales; la censura.

INTRODUÇÃO

O período getulista (1930-1945) se caracterizou como um novo momento da história republicana brasileira, tanto no plano interno quanto no externo. Internamente, percebe-se o reordenamento sociopolítico – por meio de medidas que visavam minorar a pobreza dos trabalhadores urbanos e desmontar a ordem política da Primeira República –, bem como o empenho em estabelecer um modelo de desenvolvimento nacional, tendo como alicerce a industrialização. No plano externo, as autoridades do governo Vargas, sobretudo as vinculadas ao Itamaraty, preocuparam-se com a imagem do Brasil no estrangeiro, comunicando as ações governamentais nos países considerados mais importantes na época, principalmente nos Estados Unidos (EUA), de quem o apoio ao novo governo brasileiro era fundamental.

A atuação das autoridades brasileiras se direcionava também à imprensa estadunidense, pelo poder dessa instituição na formação e difusão da opinião pública naquele país. Assim, agiam tanto na arregimentação de correspondentes internacionais ou cidadãos dos EUA considerados formadores de opinião, quanto no cerceamento do trabalho dos jornalistas estrangeiros. Na opinião de Walter Lippmann, essa ação de censura se configura como um elemento da propaganda política, pois “sem alguma forma de censura, propaganda, no sentido estrito da palavra é impossível. Para conduzir a propaganda deve haver alguma barreira entre o público e o evento” (Lippmann, 2008, p. 51). Ou seja, diante das tentativas de modificação de peças jornalísticas sobre o Brasil nos EUA, também era importante impor vigilância aos conteúdos que saíam do país em direção à América do Norte.

Excertos do artigo do correspondente internacional Roland Sharp, publicados na edição estadunidense da revista *Time*, de 29 de maio de 1944, exemplificam bem a necessidade de uma forte fiscalização governamental em cima do que era divulgado sobre o Brasil no exterior. A edição brasileira de *Time*, em virtude do teor crítico, foi às bancas com espaços em branco no lugar da matéria. O motivo dessa omissão pode ser visto na seguinte passagem da edição veiculada nos EUA:

A primeira vítima foi o grande Brasil, cuja maior parte das pessoas dos EUA o considera grande e bom amigo da democracia. O correspondente Sharp encontrou muito para admirar, muito a elogiar. Mas ele criticou os métodos ditatoriais do presidente Getúlio Vargas. Ponto nevrálgico: a censura rígida (*‘tão refinada e inteligente que isso acalma muitos correspondentes em cumprimento voluntário de obscurecimento da imprensa livre’*).¹

Como se vê, a revista *Time*, utilizando o artigo de Sharp, atacou duramente a censura estadonovista. Evidentemente, a caneta do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) não permitiria publicação incólume de um texto negativo sobre o Estado Novo em território brasileiro. Embora o governo dispusesse de modos “refinados e inteligentes” que fizeram

1 *Time*, 29 maio 1944. (tradução nossa, grifos nossos).

calar “voluntariamente” os correspondentes, ao ponto de obscurecerem notícias negativas sobre o Brasil – como informou Roland Sharp –, havia situações em que se recorria a medidas enérgicas, como censura e perseguição aos jornalistas que insistiam em apresentar notícias pouco simpáticas acerca do país.

Isso posto, este artigo se debruçará, mormente, a partir da documentação diplomática, sobre as estratégias utilizadas pelo governo Vargas na promoção de uma política de censura e perseguição aos correspondentes internacionais que difundiam notícias desfavoráveis ao governo brasileiro.

OS PRIMEIROS PASSOS (1930-1937)

Conforme expõe Castro (1983, p. 281), logo após o episódio da Revolução de 1930, a chancelaria brasileira, ainda em estado de transição para outro comando, emitiu última circular telegráfica da gestão Mangabeira – ligada ao governo Washington Luís – às representações brasileiras no exterior, comunicando a instalação do governo provisório:

O ex-presidente Washington Luís entregou o governo hoje, recebendo todas as considerações devidas ao seu alto cargo. Ministros de Estado exonerados. Programa governo provisório, confraternização imediata família brasileira, manutenção compromissos nacionais exterior, pacificação espíritos dentro país. Movimento realizado sem sangue, máxima ordem, respeito autoridades depostas. Povo acompanhou entre aclamações desenrolar acontecimentos. Cidade apresenta aspecto dias grandes festas nacionais. Peça dar maior divulgação imprensa este primeiro boletim. Ronald de Carvalho, respondendo pelo expediente do Ministério das Relações Exteriores.²

O conteúdo da circular expressa o caráter pacífico do *Coup d'État*, movimento referente à instalação do governo provisório, em virtude da “entrega” do cargo pelo presidente Washington Luís. Em sua divulgação, o acontecimento foi revelado como eminentemente pacífico, “sem sangue, máxima ordem, respeito às autoridades depostas”, resultado de conflitos internos, ou seja, a “imagem da política brasileira como a das revoluções sem sangue” (Capelato, 2008, p. 277). Em outras palavras, foi um movimento sem caráter expansionista ou beligerante, visto que a circular informou a manutenção dos compromissos nacionais no exterior, a continuidade dos pagamentos da dívida externa e a manutenção do comércio com outras nações.

Igualmente foi destacada a participação da população, mais uma vez espectadora dos acontecimentos políticos nacionais, cujo papel fora reservado às festas de aclamação do novo governo. Merece realce a indicação do chefe interino, Ronald de Carvalho, para “dar maior divulgação [à] imprensa [d]este primeiro boletim”.

2 Circular s./n. (telegráfica), de 24 out. 1930, às missões diplomáticas e aos consulados de carreira. Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI). (grifos nossos).

Pode-se notar, portanto, a preocupação com a comunicação dos fatos não apenas aos representantes dos Estados, mas também à imprensa, que, “desinformada”, poderia causar sérios problemas políticos ao governo que acabara de ser instalado no Brasil.

Apesar do cuidado da chancelaria na comunicação com a imprensa, os transtornos ao novo governo não tardaram a aparecer. Oswaldo Aranha,³ como ministro da Justiça e dos Negócios Interiores, em 1931, respondeu ofício enviado em outubro do mesmo ano pelo ministro das Relações Exteriores, Afrânio de Melo Franco, sobre publicação de artigo intitulado “A mordaza do Brasil” (“Brazil’s gag”), na revista *Editor & Publisher (E&P)*, de 26 de setembro daquele ano.⁴ O mencionado artigo pode ter chamado a atenção de Aranha pela relevância do periódico, porta-voz da indústria estadunidense de jornais e revistas.⁵

O texto de *E&P* atacou o discurso liberal do governo brasileiro ao tecer duras críticas à prática da censura no país, que estava “amaldiçoado com uma das mais negras políticas de censura de qualquer nação na atualidade”.⁶ A revista alegou ter obtido, de “fontes privadas”, uma “cópia legítima” de instruções emitidas pelo governo brasileiro aos jornais e correspondentes estrangeiros. Ademais, informou aos leitores que se tratava de um documento raro que expressava a “medida de covardia incrível de uma grande nação, [...] uma mordaza calculada para suprimir todas as notícias vitais, criando assim uma imagem totalmente falsa de condições”.⁷

Como forma de alerta aos jornalistas, *Editor & Publisher* listou, então, 11 itens nomeando o que se tornaria proibido no Brasil, destacando que qualquer notícia que viesse a “perturbar” o governo seria censurada, tais como referências a comunistas, tendências separatistas de estados, greves, críticas de ordem econômica, ou mesmo

comentários de estrangeiros exilados políticos, que, de qualquer forma, afetassem o bom funcionamento das nossas relações internacionais, ou, por contágio, a ordem pública interna; notícias e comentários sobre a tendência divisionista de certos estados da União; notícias, comentários e editoriais capazes de provocar escândalo, público ou privado, entre empregados de confiança imediata do governo provisório.⁸

3 Oswaldo Aranha exerceu as seguintes funções no governo de Getúlio Vargas: ministro da Justiça (1930-1931), ministro da Fazenda (1931-1934), embaixador do Brasil nos Estados Unidos (1934-1938) e ministro das Relações Exteriores (1938-1944). Durante o desenrolar do texto, ele aparecerá em uma dessas funções, de acordo com o período tratado.

4 Ofício s./n. do ministro das Relações Exteriores (MRE) ao ministro da Justiça e Negócios Interiores (MJNI). Rio de Janeiro, 23 out. 1931. AHI; ofício n. 1.624 do MJNI ao MRE. Rio de Janeiro, 13 nov. 1931. AHI.

5 *The New York Times*, Nova Iorque, 4 abr. 2008.

6 *Editor & Publisher (E&P)*, 26 set. 1931. Anexado ao ofício s./n. do MRE ao MJNI. Rio de Janeiro, 23 out. 1931. AHI. “For Brazil is cursed by one of the blackest political censorships of any nation in this day” (tradução nossa).

7 Trecho do artigo de *Editor & Publisher*, anexado ao ofício s./n. do MRE ao MJNI. Rio de Janeiro, 23 out. 1931. AHI. (tradução nossa).

8 *Editor & Publisher (E&P)*, 26 set. 1931. Anexado ao ofício s./n. do MRE ao MJNI. Rio de Janeiro, 23 out. 1931. (tradução nossa).

A revista comentou ainda que, se algumas dessas regras fossem violadas, o “infrator” seria detido por 24 horas pela primeira transgressão, e preso de maneira definitiva caso fosse reincidente.

Tais proibições podem ter amedrontado jornalistas e proprietários de jornais ao observarem o clima de instabilidade com relação à atividade desses profissionais. Ora, a leitura do documento obtido por *E&P* mostrava que quaisquer comentários sobre funcionários públicos, comunistas, relações econômicas ou algo que, supostamente, afetasse ou perturbasse a ordem política, por mais vagos que fossem, seriam proibidos no Brasil.

Em seguida, em correspondência enviada ao ministro das Relações Exteriores, o então ministro da Justiça, Oswaldo Aranha, parece explicar sobre a legislação de censura no Brasil como se respondesse ao artigo de *Editor & Publisher*. Ele afirma que a censura à imprensa no país – decorrida da vitória da Revolução de 1930 – não impedia a crítica aos atos oficiais, mas se limitava “a instruções, muito naturais e legítimas, que salvaguardem, direta ou indiretamente, a ordem e a segurança públicas, bem assim os bens nacionais e estrangeiros”.⁹ Além disso, o governo provisório, “amparado pelo povo em geral, consoante os recentes festejos comemorativos, e pelas classes armadas”, decretou “a anistia a todos os crimes políticos e eleitorais, não se justificando, pois, o tom alarmista da referida publicação”.¹⁰

Ainda segundo o ministro Aranha, o governo provisório, em meio aos problemas de ordem econômica e a fim de manter compromissos externos, em breve retornaria à vida constitucional, “para o que já trabalham várias comissões de juristas e técnicos”.¹¹ Vale ressaltar que, inicialmente, a censura à imprensa nacional e estrangeira era realizada pela polícia, porém, durante os meses da Revolução Paulista de 1932, esse serviço de controle à imprensa externa no país passou à tutela do Itamaraty,¹² retornando, em seguida, à polícia.

Uma das primeiras vítimas da mordida do governo brasileiro foi o correspondente do jornal *The New York Times*, George Harve Corey, que, em fins de 1931, causou grandes transtornos ao governo, sendo, por isso, preso em dezembro do mesmo ano. O jornalista permaneceu sob custódia apenas um dia, sendo expulso do Brasil logo em seguida, acusado de envio de “telegramas tendenciosos” à sede do jornal, interceptados pela censura telegráfica do governo e encaminhados pelo delegado do Distrito Federal ao ministro da Justiça.¹³

O conteúdo de tais telegramas envolvia assuntos relativos a censura e perseguição, como: a aplicação da lei marcial aos “traidores” civis e militares do regime; política, envolvendo os desentendimentos com o ministro da Fazenda, Whitaker; reclamações de exibidores

9 Ofício n. 1.624 do MJNI ao MRE. Rio de Janeiro, 13 nov. 1931. AHI.

10 Idem.

11 Idem.

12 Memorando de Jaime Barros Gomes ao MRE, 9 set. 1939, p. 1. AHI.

13 Ofício n. 201G.R. do delegado Salgado Filho, da Delegacia Auxiliar da Polícia do Distrito Federal, ao sr. ministro da Justiça. Rio de Janeiro, 6 jan. 1932. AHI; telegrama n. 105 do MRE ao Consulado Geral em Nova Iorque. Rio de Janeiro, 26 nov. 1931; telegrama n. 120 urgente, do Consulado do Brasil em Nova Iorque ao MRE. Nova Iorque, 27/28 dez. 1931. AHI.

contra as altas tarifas de importação de filmes estadunidenses; informações sobre a epidemia de febre amarela no Rio de Janeiro e depósitos de carvão encontrados em Pernambuco. Em um deles, Harve Corey informou sobre a expulsão do Brasil de seu colega Juan Gignali, o correspondente da revista *Mundo*, de Buenos Aires.¹⁴

Quanto ao telegrama que conduziu à expulsão do próprio Harve Corey do país, foi narrado em matéria do jornal *The New York Times*, transcrita pelo cônsul de Nova Iorque ao ministro das Relações Exteriores:

O *New York Times* publica, hoje, um artigo assinado pelo seu ex-correspondente, em SP, dizendo que foi obrigado a concordar em deixar o Brasil pelo último vapor, para não continuar preso na penitenciária. No artigo com muitos títulos, o correspondente ridiculariza a censura em SP e no RJ, e diz que a única acusação foi a cópia de um cabograma enviado pelo correspondente do *London Times*. Ele procurou desfazer o engano, mas o chefe de polícia carioca disse que ambos os jornais deviam ser da mesma empresa.¹⁵

A pilhéria do jornalista em relação à referida confusão entre o jornal londrino e o estadunidense foi desmentida categoricamente pela chefatura de polícia do Distrito Federal. Seja como for, a imagem de um serviço de censura ignóbil já estava publicada e disponível para centenas de milhares de leitores dos EUA.

Outro caso de perseguição envolveu Ernest Hambloch,¹⁶ correspondente do jornal londrino *The Times*, resultando em sua expulsão do Brasil, quando da repercussão negativa de seu livro *His Majesty, The President* (Sua Majestade, o presidente),¹⁷ publicado em 1935 na Inglaterra e, em 1936, nos EUA. O referido livro analisa os problemas do Brasil, os quais, segundo o autor, seriam oriundos do sistema político presidencialista. Nele, há diversas comparações com o parlamentarismo monárquico dos tempos de Pedro II e o regime republicano.

A reação a essa obra, no Brasil, foi tenaz. A exemplo, José Honório Rodrigues comentou o aparecimento, em outubro de 1935, na capital federal, de vários panfletos promotores de um livreto crítico à obra de Hambloch, intitulado *Esmagando a víbora: crítica do volume His Majesty, The President a afronta ao Brasil, de um autor oculto, por pseudônimo de Brasil Líbero* (Rodrigues, 2000 apud Hambloch, 2000, p. 249). Tal livreto continha “extratos deformados e desordenados, fora do contexto, traduzidos em português”, do livro de Hambloch. Em um deles, dizia-se que “pela imprensa e por livros editados na Inglaterra promovia-se uma

14 Telegrama interceptado pela censura, s./d. Data de arquivamento 9 fev. 1933. AHI.

15 Telegrama n. 120 urgente, do Consulado do Brasil em Nova Iorque ao MRE. Nova Iorque, 27/28 dez. 1931. AHI.

16 No Brasil, casou-se com uma paulista da tradicional família Uchoa. *South American Journal*, Londres, 16 nov. 1935. Exerceu diversos cargos diplomáticos no Brasil como adido comercial da legação britânica e secretário da Câmara Britânica de Comércio. Foi também correspondente do jornal londrino *The Times* e da revista *Foreign Affairs* (Hambloch, 2000, p. 265-267).

17 No Brasil, o livro ganhou a versão *Sua Majestade, o presidente do Brasil*, editada pelo Senado Federal, com pós-fácio de José Honório Rodrigues. Há uma edição anterior, datada de 1981, com introdução de José Honório Rodrigues.

escandalosa campanha difamatória contra o Brasil, seus homens e suas coisas” (Rodrigues, 2000 apud Hambloch, 2000, p. 249).

Não é necessário imaginar de quem se tratava a “víbora” que deveria ser esmagada. A pequena obra foi resultado de uma campanha patrocinada pela Itália fascista, com investimentos de Mussolini, cujo objetivo era “desacreditar ingleses proeminentes no Brasil” (Rodrigues, 2000 apud Hambloch, 2000, p. 249) por meio da mobilização do movimento integralista, assanhando os ânimos de jovens nacionalistas que ameaçaram depredar escritórios de firmas inglesas no país, em represália ao *His Majesty, The President*.

Esse mal-entendido com o livro de Hambloch não pode ser apenas obra dos conspiradores fascistas e dos estudantes nacionalistas brasileiros, mobilizados por algo que não leram e não gostaram. Antes dessas reações populares, o governo brasileiro já tinha conhecimento da obra, que fora enviada pelo cônsul do Brasil em Manchester, acompanhada dos seguintes dizeres:

Senhor ministro,

Em invólucro separado, registrado pelo correio, tenho a honra de remeter a Vossa Excelência o volume, em inglês, intitulado *His Majesty, The President*, de autoria de Ernest Hambloch, ex-secretário comercial da Embaixada Britânica, nessa capital, em cujas páginas se contêm as mais injustas e deprimentes referências às condições políticas e constitucionais do Brasil.¹⁸

Ao que parece, a reclamação do cônsul de Manchester não surtiu efeito imediato, pois não foi encontrada resposta ou qualquer referência à sua correspondência. O destino de Hambloch foi traçado pelo resultado das mobilizações dos integralistas, causando efeitos catastróficos à sua permanência no Brasil. Desse modo, ele foi expulso em 1935, encerrando um ciclo de 25 anos de intensa vida no país.¹⁹

Remetemo-nos agora a um caso exemplar, o do jornalista estadunidense John W. White, que trabalhou para o *The New York Times* de 1930 a 1937, assumindo as funções de correspondente e chefe dos correspondentes na América Latina. Desde 1930, ele causava transtornos ao governo brasileiro por suas opiniões pouco simpáticas aos rumos políticos do país na época.

Pouco tempo após a Revolução de 1930, o embaixador do Brasil em Washington queixava-se ao ministro das Relações Exteriores sobre a correspondência telegráfica enviada de Montevideú por John White (que estivera no Brasil) à diretoria do jornal *The New York Times*, em telegrama cujo conteúdo era

¹⁸ Ofício n. 16 do Consulado do Brasil em Manchester ao MRE. Manchester, 16 maio 1935. AHI.

¹⁹ Ofício n. 438 da Embaixada do Brasil no Reino Unido ao MRE. Londres, 19 nov. 1935. AHI.

muito pessimista sobre a situação do governo, considerando a censura excessiva, apregoando rivalidades regionais, agravação da crise econômico-financeira, agitações comunistas e fazendo em tudo maus presságios. Para o jornalista americano todas as medidas de elemental prudência devem desaparecer, a fim de que os seus jornais afinem o tom sensacional à custa do sossego e da reputação dos outros países. *Salvo melhor juízo, não vale a pena, pelo menos por enquanto, dar grande importância a esses desabaços do jornalista receoso de regressar com as mãos vazias.*²⁰

Mais uma vez, as lacônicas mensagens telegráficas permitem dupla interpretação. A primeira parte é por demais óbvia: crítica ao turbulento processo da Revolução de 1930. Afinal, ninguém garantia o que poderia acontecer no desdobramento do curso daquele movimento político e não há nada de anormal pensar nas críticas da imprensa estrangeira. Além do mais, segundo o embaixador, as medidas para contenção dos descontentes logo desapareceriam, o que tornaria pouco sustentável o governo provisório, permitindo, desse modo, agudizarem-se as críticas e afinar-se o tom sensacionalista dos jornais.

A segunda parte do telegrama permite ampliar horizontes de interpretação. Apesar de o embaixador não ter levado, até então, muito a sério as críticas de John White, a frase final deixa dúvidas sobre o que o diplomata quis enunciar com a expressão “mãos vazias”. Poderia significar a falta de assunto sobre o processo político brasileiro, muito embora a cobertura de um país vasto fosse ampla o bastante para pôr outros assuntos em evidência, não sendo necessário ao jornalista criar factoides como forma de apresentar alguma pauta ao jornal. Outra hipótese para uso da expressão, igualmente plausível, poderia se referir ao sentido pecuniário do termo, pois não era incomum que jornalistas recebessem alguma subvenção do governo para carregarem menos nas tintas nas reportagens enviadas ao exterior.²¹

O governo brasileiro e John White voltaram a se enfrentar cinco anos depois. O motivo da discórdia decorreu da cobertura do Levante de 1935. Na função de correspondente em Buenos Aires, o jornalista criticou as medidas repressivas do Estado brasileiro, acusado de ter executado sumariamente 150 pessoas. Evidentemente, a matéria repercutiu de modo negativo nos Estados Unidos, o que pode ter contribuído para se formar uma comissão mista no Congresso estadunidense (*Joint Committee for the Protection of the Brazilian People*) para realizar uma investigação (Lins, 2015, p. 110-116).

Tal reverberação negativa foi tamanha ao ponto de Getúlio Vargas ter escrito ao embaixador Oswaldo Aranha para que ele investigasse as ações de John White (Hilton, 1994, p. 217-218). Certamente, o presidente desconfiou dessas reportagens por serem oriundas de um jornalista estadunidense residente na Argentina. O natural seria que tivessem partido do

20 Telegrama n. 346 da Embaixada do Brasil nos EUA ao MRE. Washington, 29 nov. 1930. AHI. (grifos nossos).

21 De modo algum, tanto pela ausência de fontes comprobatórias quanto por princípios éticos do ofício de historiador, insinuamos que o jornalista John White quisesse receber qualquer tipo de ajuda financeira do governo brasileiro, porém essa opção não seria absurda, pelo fato de isso ter acontecido com outros jornalistas. Ver Lins (2015).

correspondente do *The New York Times* no Brasil, Frank Garcia, que, por ser amigo de Oswaldo Aranha, costumava carregar menos nas tintas contra Getúlio Vargas.

Dois anos após esse incidente, os ânimos do governo contra John White voltaram a se exaltar. A conjuntura era semelhante à de 1930, com a deflagração de outro golpe, dessa vez o Estado Novo. O jornalista, que vivia há 22 anos na Argentina, e há seis exercia a importante função de chefe dos correspondentes do *The New York Times* na América Latina, teceu severas críticas ao Estado Novo. Curioso é notar as semelhanças da argumentação de 1937 com a elaborada em 1930. Ambas ressaltavam a censura e a natureza autoritária do regime.

Dessa vez não houve perdão. Por meio da diplomacia, o governo brasileiro solicitou a expulsão de John White da Argentina,²² medida inusitada e, obviamente, não bem-recebida, tanto pela imprensa argentina quanto pelos jornais dos Estados Unidos e da Inglaterra. O embaixador do Brasil em Londres enviou correspondência ao Itamaraty informando da repercussão da expulsão de John White. Assim ele escreveu:

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência sete recortes, extraídos do *Times*, *News Chronicle*, *Daily Herald* e *Manchester Guardian*, de 2, 4 e 8 do corrente, relativos à expulsão pelo governo argentino, do correspondente chefe do *New York Times*, senhor John White.

Segundo telegrama do correspondente do *Times*, em Buenos Aires, de 7 de dezembro, a ordem de expulsão não foi bem recebida na Argentina. O correspondente transcreve (a esse propósito) os comentários dos jornais *La Prensa* e *La Nacion* que criticam a decisão do governo argentino, dizendo que a Argentina não devia permitir a uma potência estrangeira exercer a censura de imprensa em seu território.²³

A leitura das notícias anexadas na correspondência fornece indícios da má repercussão da atitude dos governos argentino e brasileiro para com o caso John White. O londrino *The Times*, do dia 2 de dezembro, em nota intitulada "Jornalista estadunidense condenado a deixar a Argentina",²⁴ noticiou a ordem de expulsão de John White do território argentino, datada de 30 de novembro, com prazo limite para deixar o país até 15 de dezembro. Segundo o jornal, tal ato foi requisitado pelo governo brasileiro, em virtude dos artigos e mensagens sobre sua política. Entretanto, comunica que o "senhor White aponta que a única ocasião em que ele lida com notícias do Brasil é quando a censura brasileira obriga a sua transmissão a partir de Buenos Aires".²⁵

22 Após a expulsão da Argentina, John White mudou-se para o Uruguai. De lá, continuou o trabalho de correspondente do *The New York Times* até 1941. *The New York Times*, Nova Iorque, 11 fev. 1974.

23 Ofício n. 544 da Embaixada do Brasil em Londres ao MRE. Londres, 9 dez. 1937. AHI.

24 *The Times*, Londres, 2 dez. 1937. Anexo do ofício n. 544 da Embaixada do Brasil em Londres ao MRE. Londres, 9 dez. 1937. AHI. (tradução nossa).

25 Idem.

O jornal *Daily Herald* do mesmo dia, 2 de dezembro, em matéria com o curioso título “Critidou uma nação, expulso por outra”,²⁶ apresentou texto com conteúdo semelhante ao do concorrente *The Times*. No dia seguinte, este jornal insistiu no assunto ao informar que o Clube de Imprensa da Argentina, preocupado com a liberdade de imprensa, emitiu declaração condenando a deportação de John White, que geraria maior prejuízo ao país do que ao próprio deportado.²⁷

É fato que a presença do jornalista na Argentina poderia afetar as relações diplomáticas argentino-brasileiras. Esse episódio demonstra a complexidade das relações entre essas duas nações. A despeito da rivalidade e da disputa pela liderança regional, havia “processos de cooperação e aproximação” por parte de governantes e da intelectualidade desses dois países, “questionando o mito da rivalidade” (Santos, 2010, p. 153).

ESTADO NOVO, VELHAS PRÁTICAS

Já no pós-golpe de 1937, era caro às ditaduras o cerceamento da liberdade de imprensa nacional e estrangeira. No caso brasileiro, essa tarefa coube à chefatura de polícia do Distrito Federal e ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Este último, por meio do Serviço de Controle à Imprensa, agia no monitoramento interno das notícias vindas do exterior. Eram proibidos telegramas de agências telegráficas que recebiam notas do estrangeiro para divulgação no Brasil, além de notícias sobre os mais diversos assuntos (principalmente sobre posições políticas no cenário da Segunda Guerra Mundial), conforme apontam José Inácio de Melo e Souza (2003) e Silvana Goulart (1990).

Um problema mais grave, entretanto, e de custosa solução, era censurar o que não podia ser censurado, ou seja, silenciar a imprensa estrangeira. Dessa forma, com a instauração do Estado Novo em 1937, a gestão do Ministério das Relações Exteriores, comandada por Mário de Pimentel Brandão, concentrou no Itamaraty o serviço de censura prévia da imprensa estrangeira, conforme atestou o servidor do Itamaraty Jaime Gomes de Barros²⁸ em memorando datado de setembro de 1939:

Quando da instauração do regime atual, a 10 de novembro de 1937, os jornalistas estrangeiros e diretores de agências, reunidos no Itamaraty, por especial convite do então ministro de Estado Mário de Pimentel Brandão, afirmaram o prazer com que veriam transferidos para o Itamaraty a censura prévia à matéria por eles remetida para o ex-

26 *Daily Herald*, Londres, 2 dez. 1937. Anexo da correspondência da Embaixada do Brasil em Londres ao MRE. Londres, 9 dez. 1937. AHI. (tradução nossa)

27 *The Times*, Londres, 3 dez. 1937. Anexo do ofício n. 544 da Embaixada do Brasil em Londres ao MRE. Londres, 9 dez. 1937. AHI. (tradução nossa).

28 *Diário Oficial da União*, 18 nov. 1938. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios>>. Acesso em: 5 dez. 2012; *Diário Oficial da União*, 17 out. 1940. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios>>. Acesso em: 5 dez. 2012.

terior, por via telegráfica. Afirmaram isso lembrando a situação existente no segundo semestre de 1932 e *acentuando ao mesmo tempo a atmosfera cordial do Itamaraty, em tudo diferente dos meios agitados da Polícia, a quem compete a censura. Alegaram ainda esses jornalistas a incompreensão revelada por determinados elementos da censura policial, pouco afeitos à discussão dos argumentos apresentados pelos que procuravam deles obter o "visto" indispensável à transmissão telegráfica do noticiário.*²⁹

O citado memorando tratou da proposta de reorganização do serviço de censura prévia à imprensa internacional pelo Itamaraty no conturbado e incerto período da Segunda Guerra Mundial. Observando o conteúdo por demais elogioso à atuação do Ministério das Relações Exteriores no papel de censor da imprensa, nota-se, pelas palavras de Jaime Gomes de Barros, a opção dos correspondentes internacionais de serem censurados pelo Itamaraty, cujo corpo de servidores era mais intelectualizado e cordial do que os da polícia. Decerto, melhor sofrer embaraços de Pimentel Brandão ou de Oswaldo Aranha, homens de concepção liberal pró-EUA,³⁰ do que a ação truculenta pró-fascista de Filinto Müller.³¹

O tema da censura foi motivo de debates governamentais, principalmente a respeito da péssima repercussão do Estado Novo na imprensa estrangeira (Lins, 2015, p. 139-146), identificada na proposta lançada pelo diretor do Escritório de Informações do Brasil, em Buenos Aires, Otávio de Abreu Botelho, cujo sentimento era o de que a imprensa portenha, em geral, se referia ao Brasil de forma desagradável. Destarte, Botelho sugeriu ao presidente da República uma fiscalização do serviço telegráfico ou intervenção junto às agências de notícias estrangeiras, a fim de reduzir a quantidade de notas pouco elogiosas ao governo brasileiro no exterior.³²

Para melhor entendimento de como seria organizada a censura, há um memorando, oriundo do Itamaraty, explicitando seus fundamentos, os quais vieram da experiência durante a Primeira Guerra Mundial. Segundo o documento, na época daquela guerra, a censura ficou dividida em duas partes: a de *caráter político*, responsável pelo controle das agências jornalísticas, dos correspondentes estrangeiros e da imprensa em geral, subordinada diretamente ao gabinete do ministro das Relações Exteriores; e a de *caráter econômico-financeiro* e dos telegramas dos particulares em geral, organizada, segundo o memorando, em virtude de "insistentes pedidos dos Aliados que pretendiam colocar censores seus nas estações telegráficas em Recife e na capital [onde existiam cabos submarinos], a

29 Memorando de Jaime Gomes de Barros ao MRE, 9 set. 1939. AHI. (grifos nossos).

30 Verbetes de Pimentel Brandão e Oswaldo Aranha. *Dicionário biobibliográfico brasileiro*. CPDOC/FGV. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc>>. Acesso: 5 dez. 2012. Houve, inclusive, uma permuta nos cargos de embaixador do Brasil nos EUA e de ministro das Relações Exteriores entre Pimentel Brandão e Oswaldo Aranha, em 1938. O primeiro tornou-se embaixador e o segundo, ministro.

31 Verboete de Filinto Müller. *Dicionário biobibliográfico brasileiro*. CPDOC/FGV. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc>>. Acesso em: 5 dez. 2012.

32 Carta de Ciro de Freitas Vale ao presidente da República, Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 9 maio 1939. AHI.

fim de examinar o serviço telegráfico internacional em trânsito pelos cabos que tocavam aquelas estações”.³³

A Comissão Internacional de Censura funcionou nas dependências do Itamaraty. Composta por funcionários brasileiros e representantes das nações Aliadas, tinha por função reprimir ações de espionagem, controlar transferências de fundos aos países considerados inimigos, além de admoestar notícias referentes ao movimento de navegação e operações militares das nações Aliadas.³⁴ Funcionários do Ministério da Viação eram responsáveis pela interceptação telegráfica, sobretudo endereçada à Argentina, que era base dos agentes “inimigos”.

O memorando informa, ainda, ser difícil censurar todas as comunicações para o exterior. Mesmo assim, para tal façanha, seria necessária a colaboração estreita do Ministério da Viação, divulgando a relação das estações telegráficas transmissoras e receptoras no Brasil, pois agências jornalísticas já dispunham de tal estrutura. Ademais, a existência de novos cabos submarinos – fruto da expansão da companhia inglesa The Western Telegraph Company Limited, que operava no Brasil desde 1873 –, como os localizados na cidade do Rio Grande e no estado do Rio Grande do Sul, e a proliferação de radioamadores dificultariam o controle governamental.³⁵

O presidente Vargas solicitou, portanto, exposições de motivos aos dois ministérios – Ministério da Justiça e Ministério das Relações Exteriores – envolvidos no assunto sobre tal intento.

O secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores, Ciro de Freitas Vale,³⁶ em carta expedida ao presidente Getúlio Vargas, encarregou-se de expor seus motivos para a desaprovação da proposta de Otávio de Abreu Botelho:

Não me parece aproveitável a sugestão. Todo o serviço para o estrangeiro é censurado, mas as agências e os correspondentes de jornais dispõem de outros meios para fazer chegar a Buenos Aires as suas informações.

No caso focalizado pelo senhor Botelho, nem se trata de notícia transmitida daqui, mas de comentários feitos lá da Argentina.

O único meio de coibir os abusos dos jornais nesse particular seria o de firmarmos com a Argentina e os outros países americanos um convênio em que os respectivos governos se comprometessem a evitar a publicação de notícias e comentários desairosos para os demais governos e países. Se tais notícias fossem, apesar disso, divulgadas, seriam os

33 Memorando [autoria desconhecida] ao MRE. 10 jul. 1939. AHI.

34 Idem.

35 Idem.

36 Diplomata, diretor do Serviço de Limites e Atos Internacionais do Itamaraty (1933); embaixador extraordinário e ministro plenipotenciário na Bolívia (1936); membro de várias delegações brasileiras na ONU (1946 e 1955-1958). Disponível em: <<http://ri.fgv.br/node/502>>. Acesso em: 24 fev. 2017.

jornais forçados a publicar uma retificação, aprovada pelo representante do país visado, com a mesma extensão e no mesmo lugar da publicação julgada prejudicial às boas relações entre os dois países.³⁷

A opinião do Ministério da Justiça, chefiado, no período, por Francisco Luís da Silva Campos, coaduna-se com a da pasta das Relações Exteriores, que explicitava a impossibilidade de se realizar censura ao serviço telegráfico.³⁸ De fato, não havia muito o que fazer, pois controlar as comunicações em um país tão vasto quanto o Brasil seria tarefa hercúlea, como apontou o já citado memorando ao Itamaraty, enumerando dificuldades no trato da censura no país. Mesmo assim, a censura telegráfica e postal foi executada, sobretudo no período da Segunda Guerra Mundial, rendendo várias interceptações de informação, tarefa comum a qualquer país naquele tenso momento.

Com o recrudescimento da guerra na Europa, o Itamaraty necessitava trabalhar em duas frentes: manutenção do controle das notícias sobre o Brasil na imprensa, principalmente a dos EUA; e recebimento de informações sobre o andamento do conflito. Para tanto, foi montado um serviço de informações sobre a guerra, a partir dos principais artigos publicados na imprensa sobre o assunto,³⁹ enviados semanalmente (via malote aéreo) da embaixada em Washington diretamente ao gabinete do ministro. Na verdade, o envio já era executado desde os primórdios do conflito mundial, porém, ao que parece, houve desencontro de informações, pois o embaixador enviava tais notícias ao secretário-geral do Itamaraty, que não as encaminhava ao ministro.⁴⁰

Outro caso revelador da postura repressora do governo estadonovista foi a prisão do diretor do escritório da agência United Press em 1939, por ter divulgado uma notícia sem a aprovação do censor policial do Distrito Federal. James Irvin Miller, gerente-geral da United Press na América do Sul, apelou a Oswaldo Aranha, que nada pôde fazer, a não ser reclamar ao presidente sobre o soturno clima de vigilância dos agentes da polícia de Filinto Müller.⁴¹

Rosalina Coelho Lisboa,⁴² ex-esposa de James Irvin Miller, era conhecedora das atividades dessas agências de notícias. Em uma de suas frequentes cartas a Getúlio Vargas, sugeriu

37 Carta de Ciro de Freitas Vale ao presidente da República, Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 9 maio 1939. AHI.

38 Ofício s./n. do ministro da Justiça, Francisco Campos, ao presidente da República, Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 19 maio 1939. AHI.

39 Telegrama s./n. da Secretaria de Estado das Relações Exteriores à Embaixada do Brasil nos EUA. Washington, 24 fev. 1940. AHI.

40 Telegrama da Embaixada do Brasil nos EUA à Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Washington, 27 fev. 1940. AHI.

41 Apenas com a criação do DIP, em 1939, a censura saiu das mãos da Polícia do Distrito Federal (Hilton, 1994, p. 355-356).

42 Rosalina Coelho Lisboa Larragoiti nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 15 de julho de 1900. Foi jornalista e escritora. Por ser amiga de Vargas, tinha liberdade de se expressar ao presidente. Integralista, favorável à participação da mulher na política, foi a primeira brasileira a ser enviada ao exterior em missão intelectual (Montevideu, 1932). CPDOC/FGV. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/rosalina-coelho-lisboa-larragoiti>>. Acesso em: 5 jul. 2014.

um plano de censura no Brasil no contexto da Segunda Guerra Mundial. Suas preocupações eram acerca das negociações das bases brasileiras com os estadunidenses, bem como de “supostas intrigas” lançadas pela imprensa argentina contra o Brasil.⁴³ Com o intuito de defender o país dos tais “semeadores de intrigas”, em sua opinião os analistas internacionais, Rosalina Coelho propôs o seguinte, em caráter sigiloso:

Nós temos uma censura séria no Brasil e para evitar as responsabilidades de telegramas insidiosos e pôr a salvo os seus redatores, as agências e os correspondentes estrangeiros datam e marcam os seus telegramas de intrigas do estrangeiro.

Ora bem, responsabilizemos os representantes dessas agências no Brasil pelos telegramas que as suas agências inventem fora do Brasil ou que, enviando do Brasil, covardemente datem do estrangeiro.⁴⁴

Basicamente, a ideia de Rosalina Lisboa era responsabilizar as empresas pela notícia veiculada pelos seus funcionários (jornalistas), citando na carta, por exemplo, a Associated Press, que se responsabilizaria pelas matérias enviadas tanto pela equipe da própria agência quanto pelas agências a ela vinculadas: Havas e Reuters. Dessa forma, qualquer telegrama marcado como sendo da redação dos jornais seria de responsabilidade dos seus representantes.

No tocante à censura interna, essa proposta era semelhante às determinações constitucionais de 1937, art. 122, alínea e (Costella, 1970, p. 112). Era mais eficiente, portanto, punir o jornal ou a agência de notícias como um todo do que responsabilizar o jornalista. Isso demandaria maior controle por parte dos editores no conteúdo das notícias para que não houvesse perseguição à empresa.

Não é possível saber se Getúlio Vargas leu tal carta e se acatou a proposta; contudo, coincidência ou não, seis meses depois, em 4 de junho de 1941, o chefe da sucursal brasileira da agência telegráfica nova-iorquina Overseas News (ONA), Paul Vanorden Shaw,⁴⁵ foi informado sobre o cancelamento de suas prerrogativas de imprensa, sob a acusação de transmissão de “falsas reportagens” aos EUA. Segundo a agência, embora autoridades brasileiras tenham feito queixas extraoficialmente do conteúdo das notícias enviadas aos EUA, “o governo brasileiro nunca desmentiu qualquer despacho [...] enviado pela ONA e publicado nos seus jornais clientes por todo o país”.⁴⁶

43 Carta de Rosalina Coelho Lisboa a Getúlio Vargas, jan. 1941. GV c 1941.01.00. 01/1941. CPDOC/FGV.

44 Idem.

45 Paul Vanorden Shaw, jornalista e professor da Universidade de Columbia, residiu no Brasil em 1936. Foi professor fundador da Universidade de São Paulo (USP). “Shaw também foi por algum tempo correspondente do jornal *Sun*, de Baltimore, no Brasil, da mesma maneira, foi colaborador de *O Estado de São Paulo* [e correspondente da agência Overseas News]” (Barros, 2010, p. 106).

46 Carta apócrifa a Paul Vanorden Shaw, interceptada pela censura e enviada por Filinto Müller a Benjamim Vargas. Rio de Janeiro, 4 jun. 1941. CPDOC/FGV. GV confid. 1941.06.04/1.

Paul Vanorden Shaw, jornalista e professor universitário que havia elogiado, dos Estados Unidos, a Revolução de 1930 no jornal *The New York Times* (Lins, 2015, p. 97-99), na década seguinte – quando já vivia há cinco anos no Brasil –, fora punido por ter supostamente enviado alguma notícia desagradável aos partidários do Estado Novo. No caso, a empresa na qual trabalhava foi punida, gerando seu descredenciamento de jornalista.

O passar dos anos – na verdade, as retesadas negociações entre Brasil e EUA – fez com que a “indefinição” brasileira (Moura, 1980) sobre qual caminho tomar no conflito mundial fosse convergindo para o desfecho esperado pelos brasileiros americófilos: o apoio aos EUA. Com base nessa posição política, nota-se diminuição considerável, mas nunca interrupção, das preocupações das autoridades brasileiras acerca da imagem do Brasil nos EUA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto, os quinze anos do governo Vargas (1930-1945) se caracterizaram, no âmbito externo, por uma mudança substancial na forma de se comunicar. As autoridades, sobretudo as vinculadas ao Itamaraty, preocuparam-se com a imagem do Brasil no estrangeiro, seja na avaliação de conteúdo veiculado sobre o país, seja na comunicação das ações governamentais nos jornais dos países considerados mais importantes na época, principalmente nos Estados Unidos, de quem o apoio ao novo governo brasileiro era fundamental.

Os casos de censura ao trabalho da imprensa internacional, mormente a estadunidense, citados neste artigo, exemplificam a preocupação do governo brasileiro com sua imagem no exterior. Isso evidencia, outrossim, o poder dos jornais estadunidenses na formação e disseminação de uma *opinião publicada* sobre os países, cujo conteúdo poderia influenciar, de maneira decisiva, a reputação de uma nação no estrangeiro.

O caso brasileiro ilustra o *poder e o sorriso* da política governamental aos jornalistas nos tempos de Getúlio Vargas. Se a persuasão dos servidores do Itamaraty e demais órgãos falhasse, o velho porrete da polícia política entrava em ação. Embora em pequena quantidade, esses casos revelam a situação delicada dos jornalistas e demais profissionais estrangeiros, presentes em território brasileiro, que desagradassem aos desígnios governamentais. Notam-se, sobretudo ao se analisar o caso da prisão do diretor da United Press, as limitações da chancelaria brasileira no controle dos abusos da polícia estadonovista contra os estrangeiros, o que revela o clima da disputa política entre partidários do Eixo e dos Aliados no seio do governo Getúlio Vargas.

Daí a razão de utilizarmos o provérbio, de origem latina, “O lobo, mesmo com capa de monge, ainda assim está à espreita das ovelhas”, no título deste artigo,⁴⁷ porque ilustra muito bem o que gostaríamos de demonstrar, isto é, o lobo (o governo de Vargas), mesmo com capa de monge (discurso democrático e moderno no exterior), deixava transparecer momentos de repressão.

⁴⁷ *Lupus cucullo indutus nihilominus ovibus insidiatur* [Bebel, Proverbia Germanica 557]. Disponível em: <http://www.hkocher.info/minha_pagina/dicionario/l05.htm>. Acesso em: 30 nov. 2012.

Referências bibliográficas

- BARROS, Orlando de. *A guerra dos artistas: dois episódios da história brasileira durante a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.
- CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Edunesp, 2008.
- CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. *História da organização do Ministério das Relações Exteriores*. Brasília: Editora UnB, 1983.
- COSTELLA, Antônio F. *O controle da informação no Brasil: evolução histórica da legislação brasileira de imprensa*. Petrópolis: Vozes, 1970.
- GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero, 1990.
- HAMBLOCH, Ernest. *Sua Majestade, o presidente do Brasil: um estudo do Brasil constitucional (1889-1934)*. Tradução de Lêda Boechat. Brasília: Senado Federal, 2000.
- HILTON, Stanley. *Oswaldo Aranha: biografia política*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.
- LINS, Lindercy Francisco Tomé de Souza. *To sell a product or to sell an idea: a propaganda oficial do Brasil nos Estados Unidos da América (1930-1945)*. 2015. 318f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- LIPPMANN, Walter. *Opinião pública*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- MOURA, Gérson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- SANTOS, Raquel Paz dos. *Relações Brasil-Argentina: imagens e percepções do país vizinho durante a Segunda Guerra Mundial*. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; SCHURSTER, Karl; LAPSKY, Igor; CABRAL, Ricardo; FERRER, Jorge (org.). *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2010.
- SOUZA, José Inácio de Melo e. *O Estado contra os meios de comunicação*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2003.

Recebido em 24/2/2017

Aprovado em 26/9/2017